



# A Santa Sé

---

**DISCURSO DO PAPA PAULO VI  
AO COLÉGIO DOS CARDEAIS  
POR OCASIÃO DAS FESTAS NATALINAS**

*Terça-feira, 22 de Dezembro de 1970*

*Senhores Cardeais*

O relógio do tempo traz-Nos novamente a este encontro, no qual as almas se fundem para exprimir votos de serenidade e felicidades para os próximos dias do nosso caminho na vida presente e, depois, voltadas para um horizonte mais amplo e mais elevado, imploram do divino Moderador dos nossos destinos uma plenitude de sabedoria e de méritos, a única que pode dar às nossas existências o seu verdadeiro significado e o seu melhor valor. Por isso, se considerarmos bem, este momento tem um valor escatológico, a cuja misteriosa intenção nenhum de nós pode fugir. E bem sabemos porquê. Se a troca destes sentimentos de felicitações procurar a razão da sua espontaneidade e da sua sinceridade, encontrá-la-á no facto de ser motivada pela celebração de uma recordação, de uma grande recordação, a da natividade de Nosso Senhor no mundo, segundo o calendário convencional, há mil novecientos e setenta anos; de maneira que, dos votos optimistas e ardentes para o futuro, os nossos espíritos voltam-se para o passado, para aquele acontecimento iluminador e determinante da história, que foi a inserção do Verbo de Deus na humanidade, origem, razão de ser e meta final da Igreja.

Somos, portanto, levado, por esta habitual audiência, à tentativa não fácil, mas sempre tonificante, de apresentar ao Nosso espírito o panorama total do tempo, no qual a nossa religião encontra o seu quadro, ou melhor, o álveo do seu curso nos acontecimentos dos séculos; e para não perder, num momento tão breve, e na amplitude desta visão histórica, o sentido do concreto e do imediato, a Nossa reflexão detém-se um instante no presente, e com insólita atenção pergunta: qual é, para nós, para a Igreja, a hora presente? Mesmo reduzida a estas pequenas dimensões, a pergunta deveria ter uma resposta exuberante, que ultrapassasse os limites de um colóquio como este; de resto, as palavras do Senhor Cardeal Decano já se referiram a alguns factos e aspectos da hora presente da Igreja; a Nós, ser-Nos-á suficiente apresentar agora alguns pontos característicos deste momento histórico da própria Igreja, para depois, juntamente

convosco, fazemos propósitos e votos adequados à hora que passa no quadrante do nosso tempo, nesta fausta e abençoada circunstância da recordação natalícia de Cristo, nosso Senhor.

Este encontro tradicional assume hoje uma importância particular, em consequência da viagem que fizemos, na qual Nos acompanharam especialmente, com a sua habitual intrepidez, o Cardeal Decano, hoje intérprete do Sacro Colégio, e o novo Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos.

Sim, o primeiro ponto que merece uma certa reflexão é a [Nossa viagem ao Extremo Oriente](#). Falou-se tanto dela nos meios de comunicação social, imprensa, rádio e televisão, que não é necessário descrevê-la novamente; mas exprimimos melhor o Nosso elogio e a Nossa gratidão a todos que deram exactas e premurosas notícias do acontecimento e fizeram comentários objectivos, inteligentes e benévolos. E devemos manifestar ainda maior reconhecimento a quem tornou possível e facilitou esta viagem, circundando-a de atenções e de recepções que não podemos esquecer, não tanto porque foram dirigidas à Nossa humilde pessoa, mas porque se tratou de prestar honras, por meio dela, ao ministério que Nos foi confiado e, particularmente, à representação daquele Senhor a Quem somos o primeiro a prestar a homenagem da Nossa fé e do Nosso amor e, portanto, como Seu representante, o sinal e o princípio da unidade e da catolicidade da nossa Igreja.

Deste modo, a Nossa viagem foi uma celebração singular da Igreja, uma celebração a que só a novidade conferiu curioso e piedoso interesse, sem que qualquer exterioridade intencional velasse o seu simples e genuíno carácter religioso e familiar. Assim, ela inseriu-se, sem qualquer artifício, na vida, hoje normal, da Igreja. Como é sabido, a Nossa viagem foi uma resposta a convites locais; dois principais, o das Ilhas Filipinas e o da Austrália, ambos germinados de insistentes pedidos das Hierarquias eclesiásticas e das Autoridades civis dos dois Países, convites estes a que se juntaram outros, igualmente de fonte eclesiástica e de fonte oficial, aos quais Nos pareceu dever anuir, até para não perder a ocasião única de demonstrar à Indonésia e à Ilha de Ceilão o Nosso interesse igual e deferente.

Com muito pesar tivemos que renunciar a outros convites, muito dignos de consideração, mas o Nosso programa não podia ir além de certos limites. Sentimos agora a obrigação, nesta circunstância solene, de renovar às Autoridades civis dos diversos Países que visitámos os Nossos agradecimentos, as Nossas saudações e os Nossos melhores votos, pela gentil recepção que Nos foi reservada nos seus respectivos territórios: nunca mais esqueceremos a sua nobre cortesia; o Senhor recompensará tão benévola e gentil hospitalidade.

Mas, como dizíamos, as etapas do Nosso itinerário eram eclesiásticas: a reunião dos representantes das [Conferências Episcopais da Ásia Oriental](#), em Manila, e a dos representantes das [Conferências Episcopais da Oceania](#), em Sydney. Assistimos à conclusão de ambas, com grande prazer espiritual e grande esperança apostólica. Sentimo-Nos feliz e edificado ao ver os

Pastores daquelas Igrejas longínquas animados por tanto zelo e por tanta prudência, todos empenhados diversamente nas questões religiosas e sociais dos seus respectivos Países; vê-los todos reunidos numa admirável unidade de fé, de propósitos, de paciência e de esperança. São quadros magníficos de vida eclesial. Entre outras coisas, inaugurámos a Rádio-Veritas, em Manila; ali, quase em acto simbólico da caridade prioritária da Igreja, visitámos um bairro da periferia, paupérrimo, assistido, com impávido amor, pelos Salesianos; em Manila, cheio de comoção, que ousamos qualificar profética, conferimos a ordenação sacerdotal a numerosos Diáconos, provenientes das Filipinas e dos Países da Ásia Oriental; e em Sydney tivemos a ventura de ordenar o primeiro Bispo nativo da Nova Guiné, Dom Ludwig Vangeke, Auxiliar do Arcebispo de Port-Moresby. E ainda saboreamos a tranquila delícia espiritual da Santa Missa celebrada em Apia, Ilha independente da Samoa, a que estava presente o Bispo indígena, Dom Pio Taofinu'u e a sua comunidade católica, com os relativos Missionários e Missionárias, as Autoridades locais e os representantes de outras denominações cristãs e de outras religiões. Daquela pequena estação missionária, situada no meio do Oceano Pacífico, pareceu-Nos uma ocasião propícia para dirigir a toda a Igreja uma especial exortação e dar à causa missionária novo amor e novo impulso.

As vicissitudes presentes, porém, não devem deixar passar inobservado o imenso trabalho de evangelização em que o Espírito Santo se encontra incessantemente em acção. Na Nossa viagem, tivemos a experiência tangível da catolicidade da Igreja, « *circumdata varietate* » e sempre una na fé, e verificámos pessoalmente, num momento em que o imenso continente asiático se encontra agitado por múltiplos fermentos, com quanto empenho a Igreja de Cristo se prodiga para lhe levar a mensagem evangélica.

Temos consciência de ter cumprido um dever: o de confirmar os Nossos irmãos (cfr. *Lc 22, 32*) na sua tarefa pastoral, construtiva da Igreja e animadora da sociedade contemporânea; o de ter observado e confortado experiências efectivas do critério de subsidiariedade e de colegialidade, que presidem à organização eclesiástica, intensificando, ao mesmo tempo, a vitalidade espiritual própria daqueles Povos longínquos, e o sentido profundo da unidade que faz de nós um só Corpo Místico de Cristo.

Assim, advertimos a gravidade de algumas questões, que deverão ser meditadas com aumentado sentido de responsabilidade ; e a primeira questão é a que se apresenta às antigas cristandades do Ocidente. Têm elas suficiente consciência do que as outras cristandades no mundo, com angústia e esperança, esperam delas, especialmente em relação aos problemas prospectados pela Nossa Encíclica « *Populorum Progressio* », para um desenvolvimento integral, até à fé, e solidário (n. 21), até à participação dos bens da civilização moderna (n. 49)? Este tema, que se vai apresentando no grande quadro da justiça, a que o mundo aspira, será proposto ao estudo da Igreja por ocasião do Sínodo, anunciado para o próximo ano. E, depois, a outra questão: o movimento de crítica corrosiva contra a Igreja institucional e tradicional, o qual difunde, de muitos centros intelectuais do Ocidente (sem excluir a América), na opinião pública eclesial,

especialmente na juventude, uma psicologia que destrói as certezas da fé e desagrega a relação orgânica da caridade eclesial, não desilude, porventura, as verdadeiras necessidades, não deforma, por acaso, as boas e generosas aspirações das cristandades, que ainda reconhecem um crédito cultural de maturidade e de autenticidade ao Ocidente? Algumas vezes, perguntamo-Nos, quando a preocupação destas expressões contestatárias dentro da Igreja Nos pesa no coração, quando as estatísticas das voluntárias defecções de não poucos sacerdotes e religiosos Nos oprimem de dolorosa admiração, quando vemos jovens Leigos, grandes promessas para o amparo do Povo de Deus e para o apostolado no mundo moderno, afirmarem-se em posições espirituais e sociais contrárias ao desígnio de unidade e de caridade próprio da Igreja católica, perguntamo-Nos, dizíamos, qual teria sido o pós-Concílio para a própria Igreja e para a sociedade se, em vez de se perderem e tornarem áridas, e de paralisarem a renovação desejada, estas forças se tivessem mantido fiéis e activas.

Mas a prova, esperamo-lo sempre, não ficará sem fruto, quanto mais não seja o de confirmar nos bons, nos nossos óptimos Sacerdotes e sinceros Religiosos, nos nossos Leigos valiosos e exemplares, uma consciência mais sólida do seu empenho com Cristo e uma adesão mais válida à Igreja, não à de ontem, nem de amanhã, mas a esta, do nosso momento histórico, que a Providência fez nossa « mãe e mestra » e objecto do nosso amor invicto.

Mas, ao observar a hora presente da vida da Igreja, a Nossa atenção é chamada por outro acontecimento, que enche a Nossa alma de profunda amargura e Nos apresenta novos e graves problemas. Trata-se da introdução do divórcio na legislação italiana.

A amargura é devida, primeiro que tudo, como é justo, à consideração do prejuízo moral que esta inovação está destinada a provocar no povo italiano.

A Igreja, de facto, não pode deixar de proclamar aquele elevadíssimo princípio, que, já sendo inscrito no direito natural, foi confirmado e reforçado, para os cristãos, com a Lei do Evangelho, onde Cristo adverte que o homem não deve ousar dividir o que Deus uniu. A Igreja nem sequer pode deixar de recordar que a observância de uma lei tão solene e elevada, para o homem, e em particular para o cristão, é não só um dever, mas uma garantia de bem: o bem, justamente, proveniente da tutela que a indissolubilidade do vínculo do casamento garante à estabilidade, à segurança, à serenidade da família, célula natural da sociedade humana, e sobretudo dos filhos.

Mas impõe-se outra consideração. É que a nova lei foi emanada, no que diz respeito ao matrimónio canónico, em aberto contraste com o estabelecido pelo artigo 34 da «Concordata», no qual o Estado italiano, «querendo dar à instituição do matrimónio, que é a base da família, dignidade conforme às tradições católicas do seu povo», se empenhou a reconhecer «ao sacramento do matrimónio, disciplinado pelo direito canónico, os efeitos civis ».

E tudo isto, apesar de a Santa Sé se ter pronunciado, amigável, mas clara e firmemente, como a

gravidade do caso exigia, afirmando que a disposição proposta, destinada a tornar possível, com uma decisão da magistratura italiana, a concessão dos efeitos civis consequentes à transcrição do matrimónio canónico, teria constituído uma violação evidente do compromisso assumido solenemente pela Itália na Concordata. A Santa Sé declarou-se pronta, perante a notada interpretação divergente, que, segundo o Parlamento italiano, se devia ou podia dar à recordada disposição da Concordata, a proceder «de comum acordo» com o Governo italiano « a uma solução amigável» da invocada dificuldade de interpretação, como prevê e exige o artigo 44 da Concordata.

Troca de documentos e colóquios com o Governo italiano fizeram-se em clima de cordialidade e franqueza. Mas não se pode realmente dizer que eles tenham levado a uma solução bilateral da divergência. Isto só Nos pode deixar contristado.

A Nossa amargura também aumentou com o facto de a violação da Concordata ter coincidido exactamente com a celebração do centenário do fim do poder temporal pontifício, quando, em conclusão da «questão romana», o equilíbrio das relações entre Igreja e Estado, felizmente instaurado pelos Pactos de Latrão e sancionado pela própria Constituição Italiana, parecia dever considerar-se certo e inviolável.

Não desapareceu, ou diminuiu, de qualquer modo, o Nosso afecto pela dilecta Nação Italiana e por todos os seus filhos, a quem exortamos paternalmente a que saibam, ainda hoje e no futuro, conservar-se solidamente fiéis às antigas e honrosas tradições de respeito pelos valores cristãos da família, e para quem invocamos do Senhor paz e prosperidade.

Estando às vésperas do Natal, cheios de gratidão perante as maravilhas da graça de Deus, que Nos permitiu ser sua testemunha perante as Nações; que Nos deu ocasião, por meio de um lamentável episódio, de sentirmos o afecto dos Nossos irmãos e dos Nossos filhos; que Nos tornou ainda mais sensível a confiança e a lealdade dos nossos irmãos separados, assim como as de todos os crentes e de todos os homens de boa-vontade; que Nos concedeu que conhecêssemos melhor os tesouros de sabedoria, de cultura, de civilização, próprias do Extremo Oriente, e Nos fez pressentir o que poderá ser a Igreja no mundo, quando aqueles povos lhe derem, com a sua fé em Jesus Cristo, todo o contributo da sua índole, da sua personalidade humana e cristã; perante estas maravilhas, dizíamos, não podemos concluir esta apresentação sumária sem dirigir um pensamento aos povos ainda atormentados pela guerra, no Extremo Oriente, especialmente naquele Próximo Oriente onde se encontra a terra de Jesus, o país onde o Evangelho foi anunciado e onde os desígnios da Providência nos destinos históricos da humanidade se manifestaram misteriosamente. E quantos outros países, perturbados por lamentáveis situações políticas e sociais, estão presentes, também este Natal, no Nosso espírito! Vós sabeis que o Dia da Paz, fixado para o início do ano novo, Nos faz estar presente nessas perturbações e sofrimentos e mantém a Nossa atenção vigilante para qualquer auxílio que possa reconquistar a paz e a justiça na família humana; as crónicas da Nossa actividade apostólica,

supomos, documentam este esforço evangélico humilde e perseverante.

E, por fim, devemos olhar para esta Sé Apostólica, para a Nossa Cúria Romana, que compartilha connosco o trabalho e a responsabilidade do Nosso serviço por toda a Igreja. Não é mérito Nosso, mas vosso e de todos que trabalham para este serviço: Nós temos a consolação de dar desta actividade um testemunho óptimo: pela sua assiduidade, a sua intensidade, a sua fidelidade, a sua orientação na aplicação coerente e leal do recente Concílio. Sentimo-Nos obrigado a exprimir a Nossa sincera gratidão pela ajuda e assistência que o Sacro Colégio presta à Nossa obra no governo pastoral da Igreja. O trabalho quotidiano ao serviço desta Sé Apostólica, realizado por vós, Senhores Cardeais, com desinteresse e generosidade, dignidade e firmeza e também com profunda humildade, constitui uma singular benemerência, cujo valor apreciamos totalmente. Também não podemos ignorar o exemplar espírito de abnegação que anima os Membros do Colégio dos Cardeais, especialmente quando o bem superior da Igreja exige deles renúncia e sacrifício. Queira o Senhor remunerar largamente esta indefectível dedicação e traduzir os Nossos sentimentos de estima e reconhecimento por cada um deles em graças copiosas para as suas veneráveis pessoas.

Mais duas palavras concluem o Nosso discurso.

A primeira refere-se à atribuição do prémio da Paz, que tem o nome do Nosso venerado Predecessor, o [Papa João XXIII](#). É a primeira vez que vem atribuído este prémio. Depois de demoradas consultas e reflexões, cujo mérito é sobretudo do Conselho da Comissão correspondente, o prémio é dado a uma Religiosa, muito modesta e calada, mas não desconhecida a quem observa as valiosas empresas da caridade no mundo dos pobres: chama-se Madre Teresa, Superiora-Geral da Congregação das Missionárias da Caridade, que, há vinte anos, na Índia, está a desempenhar uma missão maravilhosa de amor em favor dos leprosos, dos anciãos e das crianças abandonadas. Este prémio pretende ser um reconhecimento público ao seu apostolado de caridade que, deixando de se limitar aos desprotegidos da Índia, se estende já a três continentes, chegando, a Nosso convite, até à periferia de Roma, mobilizando, assim, um imenso exército de forças vivas ao serviço do mundo do sofrimento. Apontamos à admiração de todos esta intrépida mensageira do amor de Cristo, para que, guiados pelo seu exemplo, aumente o número daqueles que se dedicam aos irmãos e se afirme cada vez mais no mundo o sentido da solidariedade e da fraternidade humana.

A segunda palavra, que vos queremos dirigir, refere-se ao próximo Sínodo geral dos Bispos, que se reunirá a 30 de Setembro do próximo ano, para tratar os seguintes temas: *De sacerdotio ministeriali* e *De iustitia in mundo*. Levou-Nos a esta deliberação a importância que concedemos à colaboração activa dos representantes do episcopado católico no governo da Igreja universal. Confiamos que a sua sábia opinião, com o auxílio de Deus, conseguirá, mais uma vez, dar um contributo eficaz à solução de questões de tanta gravidade, que, no presente momento, parecem reclamar com mais urgência a atenção e a preocupação dos pastores e dos fiéis.

Agora, pomos termo ao Nosso discurso, formulando para cada um de vós fervorosos votos de alegria, prosperidade e paz para a próxima festa do Natal. Também dirigimos um pensamento reverente e de Boas-Festas às Igrejas Orientais, especialmente às que estão em comunhão com esta Sé Apostólica, e, ainda, àqueles com quem se estão a reavivar e a reconstruir os vínculos da perfeita unidade na fé e na caridade. Pedimos ao Divino Redentor para que o Ano Novo que se aproxima, com os nossos respectivos deveres, nos encontre todos, e sempre, em plena e fervorosa correspondência.

Confiando, como sempre, nas vossas orações e na vossa dedicada colaboração, damo-vos, e também a todos que vos são queridos, de todo o coração, a propiciadora Bênção Apostólica.